

A verdade em tempos de ditadura militar: reflexões a partir da psicanálise

The truth in times of military dictatorship: Reflections from psychoanalysis

Nadir Lara Junior¹
nadirlj@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre como a verdade assumida pelos militares e seus adeptos se torna uma fantasia ideológica na qual justificam suas ações e crenças. Diante disso, buscam transformar a verdade da violência e do horror das torturas em algo ameno e desprezível. Para isso usamos a psicanálise como a teoria que nos ajuda a compreender o sistema de opressão implantado durante a ditadura militar no Brasil, assim como a construção discursiva contemporânea que coloca esse regime como "ditabranda". Essa teoria também nos possibilita pensar em como os sujeitos que participaram dessa fantasia ideológica devem ser convocados a responder sobre seus atos violentos, mesmo que insistam em não querer saber sobre eles.

Palavras-chave: ideologia política, violência, classe social.

Abstract

The aim of this article is to reflect about how the truth assumed by the military and their followers becomes an ideological fantasy in which they justify their actions and beliefs. They intend to turn the truth of the violence and horror of torture into something mild and negligible. For this purpose, we use psychoanalytical theory, which helps us to understand the system of oppression introduced during the military dictatorship in Brazil, as well as the contemporary discursive construction that presents that regime as a "ditabranda" (a Portuguese play on words that roughly means "a soft dictatorship"). This theory also enables us to think about how the subjects who participated in this ideological fantasy must be held accountable for their violent acts, even if they insist on not wanting to know about them.

Key words: political ideology, violence, social class.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

Introdução

Esse artigo irá compor um dossiê a respeito da memória e verdade em tempos de ditadura militar no Brasil. Vários autores foram convidados para escrever a esse respeito, e ficamos com a missão de refletir sobre essa temática a partir do referencial psicanalítico. Daremos mais enfoque à dimensão da verdade e como essa está implicada no sujeito do inconsciente.

Nesse sentido, vale destacar que no dia 16/05/2012 foi instaurada a Comissão da Verdade² no Brasil. Portanto, pensamos que a relevância de se pensar sobre a verdade como um direito do povo brasileiro ajuda a não transformar essa questão em uma "mise-en-scène" ideológica que não revela a verdade por detrás destes fatos históricos. Dessa maneira, pretendemos aqui contribuir com esse debate refletindo sobre a verdade e suas implicações no sujeito e na política.

Dessa forma, nosso objetivo é refletir sobre como a verdade assumida pelos militares e seus adeptos se torna uma fantasia ideológica na qual justificam suas ações e crenças. Diante disso, buscam transformar a verdade da violência e do horror das torturas em algo ameno e desprezível.

Para atender a esse objetivo, no primeiro tópico iremos pensar teoricamente a questão da verdade e como essa se articula com a fantasia ideológica. Nessa perspectiva, a fantasia estrutura uma realidade na qual os sujeitos vivenciam seu afastamento da falta estrutural (marca inconsciente decorrente do complexo de Édipo), aderindo assim a discursos autoritários na tentativa de tamponar essa falta.

No segundo, veremos como na sociedade capitalista em que vivemos a realidade de exploração vai sendo ocultada dos sujeitos por meio de um processo de distorção ideológica em que a mentira ganha aparência de verdade. Dessa forma, os sujeitos se alienam da realidade em que vivem e até de si mesmos, e com isso o processo exploratório se estabelece em seus objetivos de maneira eficaz.

No terceiro tópico, faremos uma análise ditadura militar no Brasil a partir dessa conceituação de ideologia e verdade desenvolvida nos tópicos anteriores. Não pretendemos nesse ponto trazer inovações históricas ou documentais, pois não nos propomos a isso, mas reafirmamos nossa intenção de demonstrar os mecanismos inconscientes que levam sujeitos a aderirem a ideologias totalizantes, negando a violência praticada e/ou não se responsabilizando por ela.

Nesta reflexão, destacaremos como os sujeitos envolvidos com a ditadura militar vão estruturando seus discursos de maneira ideológica a fim de omitir a verdade da violência imposta

aos cidadãos e o explícito privilégio cedido às elites nacionais. Ao apontarmos para a verdade omitida pelo discurso autoritário, queremos contribuir para que esse não se torne hegemônico em nossa sociedade. Caso se torne hegemônico, corremos o risco de achar que a violência e a espoliação são inerentes ao nosso cotidiano.

A verdade como falta

Vale destacar que a psicanálise parte do pressuposto de que o sujeito é atravessado pelo inconsciente, portanto, alguém compreendido em sua base como *Spaltung*³, termo alemão que significa: fenda. Essa fenda refere que o sujeito em sua estrutura psíquica é castrado, incompleto e jamais poderá tamponar essa falta. Para Lacan, essa é a verdade sobre o sujeito que ele insiste em não reconhecer; por isso, fica susceptível a discursos que prometem um mundo completo, pleno de gozo, ou seja, sem *Spaltung*.

O status do sujeito na psicanálise, acaso diremos que no ano passado o fundamentamos? Chegamos a estabelecer uma estrutura que dá conta do estado de fenda, de Spaltung em que o psicanalista o situa em sua práxis. Essa fenda ele a reconhece de maneira como que cotidiana. Admite-a na base, já que o simples reconhecimento do inconsciente basta para motivá-la e que, além disso, a fenda submerge do inconsciente, por assim dizer, em sua constante manifestação (Lacan, 1998[1966], p. 869).

As tentativas de tamponar a falta levam invariavelmente o sujeito à alienação às propostas autoritárias que lhe oferecem a fantasia de que essa operação poderá se realizar. Nessa perspectiva, os discursos nacionalistas propõem um resgate fantasioso de um passado remoto, de um momento em que a nação foi vitoriosa e plena de gozo, e essa é a proposta do discurso do mestre ao trabalhador. Hoje as propostas nacionalistas remontam esse gozo perdido: proposta política de gozo total que fantasiosamente insinua um desvio da castração, o que permite identificações tão nefastas à sociedade como foram o nazismo, fascismo, etc.

A verdade (*Spaltung*), ao ser revelada pelo inconsciente, ganha para o sujeito um caráter de "Coisa", aquilo que "sai do poço" e denuncia sua incompletude e sua operação fracassada em tamponar a falta. A Coisa, por sua vez, revela ao sujeito o seu horror: a angústia da castração. A psicanálise apresentada por Lacan busca apontar para o horror da Coisa para, assim, questionar o sujeito em sua posição alienada que lhe permite não se confrontar com a verdade.

² "Em um ato que reuniu ex-presidentes da República e os mandatários do STF (Supremo Tribunal Federal), da Câmara dos Deputados e do Senado, a presidente Dilma Rousseff (PT) instalou, nesta quarta-feira (16/05/2012), a Comissão da Verdade, que passará os próximos dois anos apurando violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar" (Savarese, 2012).

³ A psicanálise considera que o sujeito que passou pelo complexo de Édipo fica com uma marca estrutural chamada de castração (rompimento psíquico da criança em relação à sua mãe) e, com isso, ele sempre será faltante, incompleto; por isso a ideia de Lacan de *Spaltung* para justamente se contrapor à ideia de um sujeito pleno de alma ou qualquer essência.

Eu a verdade vos falo... e a prosopopeia continua. Pensem na coisa inominável que, por poder pronunciar essas palavras, atingisse o ser da linguagem, para ouvi-las tal como devem ser pronunciadas, no horror (Lacan, 1998 [1966], p. 881).

Nessa lógica, portanto, Lacan diz que não há uma metalinguagem para explicar o verdadeiro sobre o verdadeiro, pois a verdade se funda pelo fato de que o sujeito fala. É por isso que o inconsciente é estruturado como linguagem, pois é ele quem deixa a verdade falar. A metalinguagem oculta o recalque originário (*Spaltung*) e atrai para si também o sujeito que deixa o Outro⁴ (Deus, general, chefe, etc.) falar sobre si, e textos de cunho moral (doutrinas militares, por exemplo) encobrem a falsa pretensão de se alcançar o verdadeiro sobre o verdadeiro.

É por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino, digo o verdadeiro sobre Freud, que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse (Lacan, 1998 [1966], p. 882).

A verdade do sujeito manifestada por seu inconsciente por meio do sonho, chiste e ato falho impressiona por certa falta de sentido. Essas manifestações, aparentemente sem sentido, trazem à luz a verdade ausente decantada no inconsciente. Portanto, o sujeito sempre está numa relação com a verdade, que, por sua vez, não cessa de denunciá-lo, pois o sujeito não a administra inteiramente.

Mesmo sabendo que a verdade insiste em se revelar, o sujeito investe na tentativa desse ocultamento, tentando fantasiosamente evitar esse confronto com o horror da Coisa. Pensamos que nessa operação a fantasia ideológica funciona como uma estratégia para que os sujeitos gozem com a falsa sensação de que sua marca (*Spaltung*) foi apagada. Em termos políticos, a fantasia ideológica

é um cenário imaginário que permite ocultar o antagonismo sobre o qual se funda qualquer campo social. Em outras palavras, a fantasia "administra" o conflito ao localizar sua causa em uma fração da alteridade construída ideologicamente como um objeto: os negros, os imigrantes, os judeus etc. A economia do fluxo ideológico implica que depois de uma formação de exclusão apareça sempre um resto, um "algo" que torna esse objeto sublime [...]. O que a fantasia ideológica suprime, em última instância, é a liberdade. Daí o interesse de Žižek pelas formas políticas autoritárias. Elas são a expressão encarnada da servidão voluntária, o momento em que o desejo se mostra como desejo de alienação, não somente como desejo alienado (Dunker, 2005, p. 51-52).

Nessa lógica, a ideologia não se torna meramente a falsa aparência das coisas, pois ela se torna a própria realidade, construída fantasiosamente, para os sujeitos viverem gozando sem culpa. A fantasia se torna o cenário perfeito para que o sujeito se

sinta distante das contradições e do desamparo, para que possa perseguir seu sonho neurótico infantil de reconstruir o seio materno e reavivar, assim, o sentimento oceânico.

Esse desamparo dos sujeitos, muitas vezes, os leva a uma busca pelo pai e pelos deuses como uma tentativa de encontrar uma plena felicidade, lá onde os filhos se sentiam plenos da presença da mãe e da proteção imaginária do pai. Essa plenitude é reconstruída, muitas vezes, em sentimentos oceânicos ou em tentativas imaginárias de recompor o que está na ordem do impossível. Nesse sentido, as pessoas se tornam vulneráveis a aderir a discursos que prometem a felicidade total, livre de todos os males, a sociedade perfeita em que as pessoas se amam e não se matam, aquele lugar em que o controle da natureza e do psiquismo indomável do ser humano garante a ordem e a segurança (Lara Junior, 2010, p. 90-91).

Nesse sentido, Freud (2005 [1913]), no livro *Totem e tabu*, nos diz que a fantasia se torna uma estratégia do neurótico para fugir da realidade de insatisfação, construindo um cenário fantasioso que garante ao sujeito uma sensação de onipotência e poder adquirido quando devora fantasiosamente o pai no ritual totêmico. Por isso, o sujeito "cultua" uma espécie de onipotência do pensamento, que alimenta crenças supersticiosas carregadas de desejos reprimidos.

Nesse sentido, o cenário fantasioso ideológico se apresenta também como uma forma de lidar com o horror da Coisa. Para isso, os sujeitos passam a introduzir um delírio na realidade para evitar o sofrimento, pois buscam certezas de felicidade que os protejam e os guardem em situações de prazer narcísico fundamental, seja no presente, na partilha de um delírio coletivo, ou prorrogado para o destino *post-mortem*.

Nesse contexto, surgem os déspotas e suas doutrinas totalizantes, prometendo o compartilhamento de um delírio de uma terra sem males, e para isso exigem a eliminação de todos aqueles que são capazes de questionar o conteúdo do delírio. Assim foi o nazismo contra os judeus, o militarismo no Brasil contra o militante político (o inimigo insidioso que deveria ser reprimido), para que o delírio não fosse interrompido. Para que essa propositiva não entrasse em falência, a justificativa da morte e da tortura está escrita nas doutrinas (lá onde o Outro fardado fala), entendidas como uma regulamentadora da fé, crença na fantasia que se torna a própria realidade: a ditadura militar.

Quando concebemos a ideologia como fantasia, supomos que o sujeito constrói uma realidade a qual se propõe a viver e para isso, em última instância, adere às exigências normativas despóticas como forma de garantir a manutenção dessa fantasia. E, muitas vezes, insiste em não querer saber sobre a verdade para garantir seu gozo; portanto, se torna responsável por suas escolhas, mesmo negando-as.

⁴ O Outro nessa relação ocupa o lugar onde isso fala e a quem inconscientemente o sujeito irá sempre se reportar. Esse que supostamente fala inconscientemente com o sujeito é chamado por Lacan de Grande outro (Outro). Muitas vezes, o sujeito projeta em personagens do seu cotidiano a força daquele que fala por ele. Por isso, não é de se admirar as razões pelas quais Freud coloca o pai como elemento fundamental para a inauguração do sujeito (Lacan, 2005 [1963-1964]).

A não verdade como verdade

A ideologia, além ser uma representação ilusória da realidade, está sustentada por um "não conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos não sabem o que fazem" (Žižek, 1999b, p. 306).

Nas relações de produção capitalista, a fantasia se faz necessária para que o sujeito possa operar no cotidiano, pois ele precisa saber que um punhado de papel em que está escrito "dinheiro" compra um carro, ou um tanto desse papel é trocado por horas de trabalho de um operário. No entanto, a verdade oculta nessa transação fantasiosa para se conseguir dinheiro é que há produção de mais-valia. Somente uma das partes lucra com isso, neste caso o dono do capital.

Nessa relação capitalista, o sujeito vira coisa (objeto sexual, força de trabalho, máquina, comportamento, etc.), estabelecendo um fetichismo entre coisas que oculta a relação exploratória entre patrão e empregado. Para manter essa relação operando, algo deve ficar fantasiosamente disfarçado e distorcido, como se olhássemos para a realidade com uma lente desregulada em que vemos as coisas sem precisão.

Para Laclau (2002), a noção de distorção se faz necessária para que seja compreendido todo o processo de formação ideológica, pois esta justamente altera o sentido primário da formulação discursiva e o apresenta como algo diferente do que é originariamente. Portanto, a distorção corrompe o sentido primário, projetando outros elementos no seu lugar. Dessa maneira, o efeito distorcivo da ideologia na cadeia equivalencial se instaura sobre o sentido corrompido e não sobre sua formulação original. É por isso que a distorção discursiva supõe um sentido "original e ilusório e a operação distorcida consiste precisamente em criar essa ilusão – ou seja – em projetar em algo que é essencialmente dividido a ilusão de uma plenitude autotransparente que está ausente" (Laclau, 2002, p. 17).

Nessa lógica, a ideologia pode ser vista como aquele conteúdo corrompido que se apresenta como algo mais do que a si mesmo e vai constituindo, assim, a própria realidade do sujeito. É o abandono da formulação primária e uma opção pela formulação corrompida. Nessa relação, os sujeitos perdem a noção da verdade nas formulações da cadeia equivalencial. Nesse ponto, abre-se espaço para naturalizações das formas de dominação e exploração, pois os elementos corrompidos são assumidos como ponto de sutura para as formulações equivalenciais.

Portanto, quando o sujeito investe nos elementos distorcidos e corrompidos como verdade para constituir sua própria realidade, ele opta por não saber sobre essa construção, a qual investe sua libido para que possa gozar da sensação alienada de estar em uma realidade totalizante. Nesse sentido, Žižek (1999b, p. 312) parte da frase de Marx para afirmar: "disso eles não sabem, mas o fazem".

No sistema capitalista, a realidade de exploração está sendo ocultada do sujeito, pois há muitos elementos da realidade social que ele desconhece. Nunca é possível saber tudo, há

sempre algo que escapa da consciência; portanto, a realidade por si só se torna ideológica, e dessa forma as estratégias de dominação se estabelecem com maior eficácia e, assim, os sujeitos se alienam da realidade em que vivem e até de si mesmos.

Com isso fica mais fácil mentir sob o disfarce da verdade (processo de distorção). Por exemplo: Quando um país rico invade outro mais pobre, em geral, usa o discurso de que luta contra o "terrorismo" e sistemas totalitários, mas o que oculta é seu intuito de ficar com as reservas de petróleo do país invadido e ampliar seu mercado, etc. Justifica que, com sua presença nesse país, os direitos humanos e a democracia irão existir para todos os cidadãos. Os planos de dominação política, social, econômica, etc. ficam distorcidos em forma de verdade para que todos passem a acreditar que a dominação é, na verdade, um projeto humanitário movido a bombas, morteiros e granadas. A mentira (da dominação) fica distorcida em forma de verdade (dos direitos humanos e da democracia).

Com a estruturação desse tipo de discurso, a opressão é dada como algo intrínseco à própria sociedade, como se essa fosse uma herança cultural, genética ou natural. Assim, a realidade é indistinguível da ideologia; perde-se a clareza da realidade e da ideologia, e com isso não se autorizam os sujeitos a se posicionarem diante da opressão que os assola. Assim, cabe ao sujeito cumprir as determinações ditadas pelo capitalismo como algo intrínseco ao processo de pertencer a uma sociedade.

Dessa forma, os sujeitos ficam deslocados dos embates do cotidiano, dificultando-se assim qualquer possibilidade de mudança, pois passam a crer que a realidade está além das forças humanas e tentar mudá-la está na ordem do impossível. Isso nos induz a pensar que "a única postura não ideológica consiste em renunciar à noção mesma de realidade e em aceitar que tudo com que lidamos são ficções simbólicas, com uma pluralidade de universos discursivos e nunca com a realidade como se não tivéssemos autonomia para intervir nessa realidade" (Žižek, 1999a, p.22).

Para manter essa relação de exploração, o capitalismo divulga a ideologia de que os sujeitos são livres para escolher e fazer qualquer coisa, porém omite o fato de que essa liberdade é regrada pelos interesses do capital. Quanto mais os sujeitos agirem dessa maneira, acreditando que a liberdade se restringe a escolhas de objetos de consumo, menor a possibilidade de se estabelecer uma relação antagônica capaz de aclarar a falta de equivalência de direito estabelecida nas relações de opressão.

Žižek (2005) insiste que o capitalismo é um sistema universal que homogeneiza os sujeitos dos países que o adotam, porque esse sistema necessita de certa uniformidade social para que o processo de produção não seja interrompido por greves, manifestações e insurgências. Isso para que o lucro e a mais-valia estejam cada vez mais concentradas nas mãos das elites desses países, contribuindo, assim, para que o capitalismo continue sua marcha hegemônica triunfante, livre de crítica e críticos:

Assim estamos lutando via PCs pelos direitos das minorias étnicas, de gays e lésbicas, de diferentes estilos de vida etc., enquanto o capitalismo prossegue em sua marcha triunfante

– e a teorização crítica de hoje, sob as vestes de “estudos culturais”, está prestando o serviço definitivo ao desenvolvimento irrestrito do capitalismo ao participar ativamente do esforço ideológico que visa tornar invisível sua presença maciça: em uma “crítica cultural” pós-moderna típica, a mera menção de capitalismo como sistema mundial tende a suscitar a acusação de “essencialismo”, “fundamentalismo” e outros crimes (Žižek, 2005, p. 35).

Para garantir-se como um sistema hegemônico em nossa sociedade, o discurso capitalista tenta ideologizar as formas de controle e opressão para que isso se torne parte do cotidiano dos sujeitos em sociedade e, assim, não percebam o quanto estão atrelados de forma alienada a uma ideologia que insiste em negar suas marcas de opressão. Com isso, as relações desmedidas de poder que geram opressão nesse sistema não podem ficar invisíveis; denunciá-las, portanto, torna-se um ato político que elucida o horror da Coisa escondido por detrás de uma trama ideológica arquitetada para que a dor e o sofrimento decorrentes da opressão (miséria, tortura, corrupção, ditaduras) fiquem deslegitimados no cenário político.

Non causa pro causa⁵

Os diversos desrespeitos à vida dos brasileiros acontecem desde 1500, com a chegada dos portugueses. Nessa época se instaurou um modelo político e econômico em que a espoliação e a violência se tornaram parte da cultura, cujo esforço é sempre tornar as desmesuras uma forma ideologicamente legitimadora de privilégio para uma classe dominante, que se reveza no poder até os dias atuais.

O passado colonial, a dependência econômica e a subordinação da soberania construíram uma cultura de privilégios e negação da liberdade. Nesse tempo de demência e dor, negava-se a condição humana dos trabalhadores que produziam a riqueza, a qual era retirada da terra, sob imposição física e humilhação que marcaram os corpos de dor, corpos submetidos à tortura, chibata e ao pau-de-arara. As constantes rebeliões anticoloniais e antiescravagistas eram reprimidas a ferro e fogo, e os rebeldes fisicamente eliminados sem dó ou reconhecimento de seus direitos a lutar contra a injustiça (Viola, 2012, p. 154-155).

Poderíamos marcar aqui outros momentos históricos em que a violência impera como forma de manter os favores das elites nacionais; no entanto, para seguirmos a proposta dessa reflexão, destacamos aqui a violência praticada pelo regime militar brasileiro (1964-1985), pois há cerca de 424 pessoas que

foram contadas oficialmente como mortas durante o regime militar. No entanto, até os dias atuais, o Estado ainda não respondeu às famílias dessas pessoas e à sociedade as causas de seus desaparecimentos e, em muitos casos, nem devolveu às famílias os corpos para que fossem sepultados com dignidade. Prova disso é a vala comum aberta pelos militares no bairro de Perus na cidade de São Paulo⁶.

No entanto, vivemos em um tempo em que a sociedade insiste em não querer saber sobre os seus mortos em tempos de ditadura. Principalmente os militares e seus aliados civis bradam na desqualificação da discussão dos direitos humanos por entenderem que a morte dessas pessoas não justifica qualquer busca por justiça e que a instauração da Comissão da Verdade é um exagero. Afinal, quem morreu atentava contra a ordem e o progresso do Brasil, e a quantidade de mortos e torturados em comparação com outros países da América Latina não é tão expressiva⁷, dando a entender que a pouca expressividade nos números de pessoas que tiveram suas vidas violentadas ou arrancadas não justifica nenhuma ação pública.

Esse tipo de argumentação certamente quer esconder o número real de mortos e torturados, assim como a presença da elite nacional que patrocinou essas ações violentas. Por isso, os responsáveis pelas mortes e torturas devem ser responsabilizados diante da sociedade por suas ações cometidas contra a vida humana, pois assim tentaremos tirá-los de sua fantasia ideológica de que tudo podem neste país. Também podemos verificar a ocultação de uma preferência pela manutenção histórica dos privilégios das elites nacionais, as mesmas responsáveis pela escravidão e outros extermínios que aconteceram ao longo da história.

Nesse sentido, Figueiredo Filho (2009) e Viola (2012) demonstram em seus trabalhos como o regime militar instaurado no Brasil se tornou um sustentáculo para conservar os poderes das elites nacionais e, portanto, esse golpe ocultou seu caráter classista, pois favorecia diretamente os grandes grupos empresariais liderados pela Federação das Indústrias, fazendeiros, usineiros e especuladores internacionais, principalmente vindos dos EUA, principal financiador do golpe.

Em tempo, na historiografia oficial dos vencedores, o golpe de 1964 é chamado de “Revolução”. O adjetivo de “Redentora” a ela frequentemente atribuído visava lhe dar um caráter messiânico, salvacionista, reforçando assim a autoimagem que os militares há tempo faziam de si mesmos. E, ao mesmo tempo, esvaziava o golpe do seu conteúdo classista, transferindo para um plano sobrenatural os conflitos decorrentes das contradições inerentes a uma sociedade capitalista (Figueiredo Filho, 2009, p. 256).

⁵ Uma não causa tomada por causa.

⁶ Eremias Delizoicov – Centro de documentação; Dossiê – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (2002-2007).

⁷ Veja o blog de Reinaldo Azevedo (2006), ligado ao grupo Abril, que relativiza a ditadura brasileira como não sendo tão violenta, pois afinal... nas palavras do autor: “Desses 424 – logo, bem menos do que os 500 que eu mesmo mencionei porque estava com preguiça de ir à fonte –, assassinados mesmo, comprovadamente, foram 293 pessoas. Mas atenção: isso inclui as que morreram na guerrilha do Araguaia: gente que estava armada, para matar ou morrer. Dá para saber até a distribuição dos mortos segundo as tendências:”

Pensamos que há dois aspectos ideológicos em jogo quando nos referimos à ditadura militar: o primeiro é a violência, pois se refere ao uso de tortura, castigo cruel, desumano e degradante nos porões dos quartéis; o segundo se refere à classe social, pois há um privilégio das elites nacionais, que se aproveitaram da situação de sofrimento do povo para acumular ainda mais riquezas. Por isso, a análise da fantasia ideológica se faz mister, pois ela justamente suprime, em última instância, a liberdade.

Diante dessa análise de Figueiredo Filho (2009), destacamos a tentativa dos militares em criar a fantasia ideológica de que a violência e o privilégio das elites eram algo "sobrenatural", destacando condições de vida reais, portanto necessários para manter a "ordem e o progresso" do país – uma necessidade imperativa. Nesse contexto, a ideologia serve justamente como um amálgama para manter as relações reais de opressões justificadas e escondidas; por isso "Revolução" e não golpe, e por isso "Redentora" e não autoritarismo e violência.

No entanto, a construção discursiva ideológica desse golpe era sistematizada principalmente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Nesse ensinamento, os torturadores aprendiam como cometer violência contra o povo organizado em partidos, sindicatos e movimentos sociais sem que sentissem algum tipo de culpa. Por isso, havia um convencimento doutrinário dos militares e da sociedade civil. Assim, os torturadores tratavam essas pessoas "como se fossem" bandidos, desordeiros, baderneiros e comunistas, que atentavam contra a segurança nacional – justificavam a violência e a chacina dizendo que estavam agindo em defesa da pátria contra o "perigo vermelho". Nesse sentido, Figueiredo Filho (2009, p. 256) afirma:

Em termos racionais, no plano consciente, muitos dos golpistas alegavam agir "em defesa da pátria" contra o "perigo vermelho". E essa justificativa atravessou todo o regime militar. Acreditavam estar travando "guerra", promovida por um "inimigo insidioso, infiltrado nas instituições e na sociedade brasileira". Boa parte desse ideário foi fornecido pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento – DSN – elaborada pela Escola Superior de Guerra durante os anos cinquenta e sessenta. Conforme a DSN, o modelo político e econômico a ser seguido pelo Brasil era o norte-americano, mas para que o país suplantasse o subdesenvolvimento, o Estado brasileiro deveria ser forte e intervencionista em quase todas as esferas da vida nacional. O cenário internacional da guerra fria também contribuía para acirrar o conservadorismo e o anticomunismo das elites e dos militares brasileiros.

Nesse processo de sistematização da ideologia militarista, a estratégia é dar à vida dos ativistas um estatuto de segunda categoria ("inimigo insidioso, infiltrado nas instituições e na sociedade brasileira"). Por isso, qualquer ação violenta contra ela pode ser executada porque a "doutrina" (DSN) assegura a legitimidade da ação, evitando a culpa, que tem como função no psiquismo humano denunciar a presença da lei que preserva a vida em sociedade, função essa exercida pelo supereu.

Nesse sentido, a função da doutrina é garantir a manutenção de um cenário fantasioso em que os doutrinados possam

se sentir como arautos da verdade do pai totêmico, daquele que os imbuíu do poder sádico de matar sem culpa, em função da crença de que a ameaça poderia estragar o mundo que construíram (delírio). Em suas ações violentas, as pulsões de morte poderiam ser materializadas sem que o supereu exigisse satisfações.

Pensamos que os militares e a elite deliberante brasileira investem numa ilusão ideológica sistematizada também pelos atos institucionais que se tornavam os ardis contra a população e, assim, acirravam a repressão contra qualquer insurgência popular. No dia 13/12/1968, foi lançado o AI-5 com o propósito claro de criminalizar as ações políticas. Por exemplo, negou-se o *habeas corpus* aos presos políticos para que esses não tivessem direito à defesa. Dessa forma, criaram um dispositivo legal para institucionalizar a violência e a tortura aos "subversivos da pátria":

O arbítrio e a violência política estavam definitivamente legalizados. Sem a garantia legal do habeas corpus, os suspeitos de crimes políticos poderiam ficar incomunicáveis por até dez dias nas alcovas da ditadura. Era a institucionalização do sequestro. E um cheque em branco, assinado pelo Presidente da República, para a polícia política fazer o que bem entendesse com seus "subversivos" (Figueiredo Filho, 2009, p. 257).

Neste sentido, Žižek (1999a) defende que a ideologia (subversivos) é guiada por uma ilusão, a qual estrutura a própria realidade, neste caso a realidade dos adeptos da ditadura militar estava toda descrita no AI-5; DSN, bastando a eles somente seguir o que se propunha. Nesse sentido, a ilusão se torna um anteparo para aqueles que "não querem saber" sobre o que está acontecendo de fato, pois, se assim o fizerem, desfaz-se a ilusão do "gozo pleno" decorrente da obediência cega.

No processo identificatório o objeto é posto no lugar do eu e do ideal de eu. Quando isso ocorre, a consequência é a submissão humilhada, obediência cega e a falta de crítica em relação ao objeto. Quando o lugar do objeto é ocupado por uma pessoa, no caso o líder, esse se torna o objeto único dos sujeitos das massas que buscam através desse a plena satisfação de seus instintos. Essa aspiração sexual inibida faz criar laços entre os seres humanos, portanto, qualquer promessa de satisfação plena desses instintos é vista pelos sujeitos como a possibilidade de gozo (Lara Junior, 2010, p. 131).

A ilusão de "pleno gozo" passa a ser o referencial estruturante das relações sociais desses sujeitos alienados ao discurso ideológico do militarismo. Inconscientemente, esses sujeitos colocam essa "obediência cega" à DSN como fantasia para poder suportar essa realidade negada (morte e tortura de outros seres humanos). Assim sendo, não podemos conceber uma sociedade pós-ideológica, pois a razão cínica, nessa lógica, torna-se um amálgama que suporta o sujeito dentro de um *modus vivendi e operandi*.

Se a ilusão estivesse do lado do saber, a postura cínica seria realmente pós-ideológica, simplesmente uma postura sem ilusões: "eles sabem o que estão fazendo e o fazem". Mas, se o lugar da ilusão está na realidade do próprio fazer, essa fórmula

pode ser lida de uma maneira totalmente diversa: "eles sabem que, em sua atividade, estão seguindo uma ilusão, mas fazem-na assim mesmo". Por exemplo, eles sabem que sua ideia de liberdade mascara uma forma particular de exploração, mas, mesmo assim, continuam a seguir essa ideia de liberdade (Žižek, 1999b, p. 316).

Outro argumento, esse mais contemporâneo, lançado por um dos porta-vozes da ditadura, o jornal *Folha de S. Paulo*, trata o golpe militar como "ditabranda"⁸, dizendo que afinal os militares não foram tão maus assim, porque suas ações visavam proteger o país contra os "inimigos insidiosos" e também 424 pessoas mortas não significam muita coisa diante das outras ditaduras latino-americanas. Com isso, esses discursos dos militares e das elites nacionais buscam funcionar como uma hegemonia ideológica que impede que a verdade venha à tona como real (Žižek, 2005).

Dessa forma, as ideologias ganham um estatuto de validade universal, impedindo que os atos de violência sejam tratados como verdade. Isso se torna possível, porque o sistema capitalista implantado no Brasil legitima essa hegemonia com leis e normas que defendem torturadores e políticos corruptos e castigam a "ralé". Negam a vida humana em detrimento da mais-valia e do mais-de-gozar do mestre capitalista.

Hegel demonstrou, nos parágrafos sobre a sociedade civil de sua Filosofia do direito, que a existência de uma "ralé" (pöbel) numerosa na sociedade civil moderna não é resultado acidental de má gestão social, medidas inadequadas de governos ou má sorte econômica: a dinâmica estrutural inerente à sociedade civil gera necessariamente uma classe que é excluída dos benefícios da sociedade civil, uma classe privada de direitos humanos elementares e, portanto, também isenta de deveres para com a sociedade, um elemento dentro da sociedade civil que nega o seu princípio universal, uma espécie de "des-Razão inerente à própria Razão" – em suma, seu sintoma (Žižek, 2005, p. 35-36).

Nessa lógica, podemos dizer que essa "des-razão inerente à própria razão" se torna possível devido à ideologia, que torna essa lógica operante (ditabranda, ou violência relativizada contingencialmente) em nossa sociedade. Isso se torna possível porque ficam escondidos os mecanismos de repressão usados durante a ditadura. Com isso se fortalecem os discursos de poder e repressão que operam na sociedade para manter o *status quo* operando.

Žižek (2005) afirma ainda que, na sociedade capitalista contemporânea, as formas de controle e repressão se sofisticam, pois, em termos inconscientes, a repressão passa a ser erotizada, tornando-se não um objeto repulsivo e detestável do ponto de vista da ética da vida humana, mas algo que constitui a própria vida dos sujeitos. Nessa perspectiva, o sujeito é ator de uma "mise-en-scène" ideológica que esconde aquilo que de fato deveria aparecer, ou seja, a verdade – violência materializada em forma de tortura.

No entanto, a dialética dessa luta é mais complexa do que supõe a versão marxista clássica, segundo a qual interesses particulares assumem a forma de universalidade: os direitos humanos universais são, na verdade, os direitos dos proprietários brancos do sexo masculino (Žižek, 2005, p. 12).

Não entrar em contato com a realidade acaba sustentando lugares de poder que são destinados não para a ralé, que justamente é o alvo da repressão violenta, mas para uma minoria privilegiada que goza dos direitos, como objetos de luxo, e ostenta tal posição como uma forma de demarcar as diferenças de classe.

Marx nos mostra que a relação entre os sujeitos, a partir do trabalho assalariado, adquire a forma de mercadoria (compra, venda), ou seja, o trabalho se torna uma coisa comercializável na mesma categoria do objeto (rolo de linho), e isso se projeta para as relações cruciais entre os sujeitos, pois "em vez de relações imediatas entre as pessoas, temos relações sociais entre coisas" (Žižek, 1999b, p. 318). E isso de tratar o outro como coisa já faz parte da crença que sustenta a fantasia, a qual regula a realidade social da maneira como está.

O sujeito, para se constituir como tal, necessita da lei. A lei se apresenta não como justa ou benéfica, apenas como necessária para suportar a crença do sujeito em algo que o ajudará a se constituir como sujeito. Lei essa que, para Lacan, ganha o representante do Pai, organizador e castrador, que convoca o sujeito a fazer parte do laço social, o qual, por sua vez, alimenta a crença de que um dia encontrará a felicidade plena, o Pai perfeito. Essa relação crente é atualizada na transferência em que o sujeito supõe atualizar o amor inesgotável ao Pai; nessa se encontra a fantasia de que a verdade será encontrada, verdade que está transvestida na lei (AI-5; DSN), mas que não necessariamente se faz em si mesma.

O que está em jogo na obediência à lei é o ritual ideológico, fazendo com que os sujeitos dele participantes acreditem e, assim, abandonem os pontos que os ligam à realidade, por meio das argumentações racionais, e assumam a crença cega da obediência sem questionar, alicerçando sua estrutura e atitude na sociedade. No caso da ditadura brasileira, isso se tornou a abertura aos grandes generais ditadores que se anunciaram como o Pai (encarnante da lei) e aos súditos, os quais se oferecerem como os discípulos obedientes. Essa marca inconsciente de autoritarismo e subserviência traz em si uma injunção absurda e traumática, garantindo seguidores fiéis a déspotas esclarecidos.

A ideologia não é uma ilusão do tipo onírica que construímos para escapar à realidade insuportável; em sua dimensão básica, ela é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria "realidade": uma "ilusão" que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo impossível (conceituado por Ernesto

⁸ O jornal *Folha de S. Paulo* (17 de fevereiro de 2009) descreve que a ditadura brasileira, em relação às outras da América Latina, pode ser considerada uma "ditabranda", relativizando e menosprezando os mortos políticos. Isso gerou muita polêmica.

Laclau e Chantal Mouffe como "antagonismo": uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada). A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como fuga de algum núcleo real traumático (Žižek, 1999b, p. 323).

Žižek, baseado em Lacan, diz que a estrutura do sonho nos aproxima do real do nosso desejo e, portanto, o sonho não é a ilusão que no senso comum atribuímos a esse fenômeno, mas é a verdade pululante do sujeito manifestada no estado de dormência. A ideologia, ao contrário, afasta-nos do real do desejo e nos provê a ilusão de que estamos vigilantes diante da realidade e conscientes dos fatos que acontecem. Nessa lógica da ideologia, quanto mais o sujeito crê estar acordado simbolicamente, mais fica dormente para o real. Quanto mais investe nesse engodo, mais alienado e envolvido no distanciamento do "núcleo traumático" ele fica. A ideologia, portanto, é esse investimento no engodo: tomar a não causa como causa!

Considerações finais

A ditadura militar no Brasil criou uma fantasia ideológica que permitiu que os militares e seus adeptos cometessem violência e espoliação sem se sentirem culpados, como se estivessem vivenciando um mundo em que a marca originária (*Spaltung*) não existisse. Por meio de seu repertório discursivo (destacamos neste texto a DSN), eles garantiram por certo tempo que a verdade não viesse à tona, evitaram o confronto com o horror da Coisa, e todos aqueles que tentavam mostrá-la eram torturados e mortos, e, assim, garantiam sua permanência no delírio do Brasil sem comunista.

Por isso, entendemos que a função da psicanálise, como referimos anteriormente, é apontar justamente para o horror da Coisa e, assim, questionar os sujeitos envolvidos nesse delírio para que se posicionem e responsabilizem diante da sociedade. Nesse sentido, parafraseando Žižek, entendemos que os militares e seus adeptos sabiam o que estavam fazendo e, mesmo assim, o faziam. Isso não é uma condenação, mas uma tentativa de oferecer um caráter político para os atos praticados nesse período, para que assim tenhamos a garantia de um debate público com as vítimas torturadas e toda a sociedade.

Portanto, desse ponto de vista, implicar os sujeitos autores da violência para que respondam publicamente por seus atos é uma forma de garantir que esses atos não se tornem uma ação individual contra um grupo restrito de pessoas que foram torturadas, como querem os militares que acreditamos, mas que essa questão da verdade seja um debate público entre os militares e seus adeptos, as vítimas da violência e toda a sociedade brasileira.

Insistimos na necessidade do debate público como espaço privilegiado, porque supõe que estamos implicados nessa relação e, dessa maneira, garantimos que cada sujeito possa falar e, com isso, que a verdade dos fatos venha à tona – como Coisa em todo seu horror. Pensamos que assim teremos algumas chances de nos reposicionarmos diante da história e resgatar a liberdade, não como uma fantasia, mas como direito de todo sujeito.

Pensamos ainda que esse sujeito livre seja capaz de criar sua própria significação de liberdade, pois é um sujeito da fala apto para se implicar com seu desejo, para analisar seus sonhos que supõem uma singularidade nesse processo de elaboração (Lara Junior, 2010, p. 12).

A política como ato público praticado na *polis* garante que os sujeitos que dela participam preservem sua subjetividade, também se tornem capazes de se reunir para construir laço social em torno de discursos que não privilegiem a opressão de uns sobre os outros.

Referências

- AZEVEDO, R. 2006. Os mortos da ditadura: mito e realidade. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-mortos-ditadura-mito-realidade/>. Acesso em: 16/05/2012.
- DUNKER, C. 2005. Zizek: Um pensador e suas sombras. In: C. DUNKER; J.L.A. PRADO, *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo, Hucitec, p. 47-80.
- EREMIAS DELIZOICOV - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO; DOSSIÊ - MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. 2002-2007. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=39&tm=8>. Acesso em: 16/05/2012.
- FIGUEIREDO FILHO, C. 2009. A ditadura pós-1964 enquanto forma de segregação política. *Revista Peste*, 1(2):253-268.
- FREUD, S. 2005 [1913]. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro, Imago, 164 p.
- FOLHA DE S. PAULO. 2009. Limites a Chavez. Caderno Opinião A2. 17 de fev. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/02/17/2/>. Acesso em 17/05/2012.
- LACAN, J. 1998 [1966]. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 937 p.
- LACAN, J. 2005 [1963-1964]. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 120 p.
- LACLAU, E. 2002. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 127 p.
- LARA JUNIOR, N. 2010. *A mística do MST como laço social*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 158 p.
- SAVARESE, M. 2012. Dilma instala Comissão da Verdade e diz que não haverá ressentimento, ódio nem perdão. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/16/dilma-chora-ao-instalar-comissao-da-verdade.htm>. Acessado em: 16/05/2012.
- VIOLA, S.E.A. 2012. As sombras do tempo entre Cronos e Kairós e as andanças da memória e do esquecimento. In: C.M.M.B. RUIZ, *Justiça e memória: direito à justiça, memória e reparação: a condição humana nos estados de exceção*. São Leopoldo, Casa Leiria/Passo Fundo, IFIBE, p. 153-165.
- ŽIŽEK, S. 2005. Multiculturalismo, ou a lógica do capitalismo multinacional. In: C. DUNKER; J.L.A. PRADO, *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo, Hucitec, p. 11-45.
- ŽIŽEK, S. 1999a. O espectro da ideologia. In: S. ŽIŽEK (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 7-38.
- ŽIŽEK, S. 1999b. Como Marx inventou o sintoma? In: S. ŽIŽEK (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 297-331.

Submetido: 25/07/2012

Aceito: 01/08/2012